



As Universidades e o Aprimoramento da Agroecologia: Reflexões sobre a Fome e a Invisibilização dos Saberes Tradicionais

Universities and the Advancement of Agroecology: Reflections on Hunger and the Invisibilization of Traditional Knowledge

DOBROVOLISKI, Elton Paulo¹; CRUZ, Fernanda Camilo da²

¹Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Ivaiporã, elton.dobrovoliski@ifpr.edu.br;

²Secretaria de Educação do Estado do Paraná, fernandakamilo@gmail.com

Resumo: Este artigo discute a importância da integração entre saberes tradicionais e o conhecimento científico no contexto das universidades, com foco no desenvolvimento da agroecologia e suas implicações sociais. A pesquisa analisa como os saberes ancestrais podem contribuir para a construção de sistemas produtivos mais sustentáveis e resilientes e, reflete sobre os desafios enfrentados pela institucionalização desses saberes nas universidades, que muitas vezes invisibilizam ou subestimam o conhecimento popular em prol de uma visão tecnicista. Também discute o aspecto da fome ao longo de alguns períodos na história e a necessidade de espaços autônomos de produção de alimentos. O artigo destaca que, para alcançar uma agroecologia inclusiva e eficaz, é essencial um diálogo equitativo entre o conhecimento científico e as práticas tradicionais, considerando as interações culturais e ambientais.

Palavras-chave: resiliência ecológica, justiça social, sustentabilidade.

Abstract: This article discusses the importance of integrating traditional knowledge with scientific understanding within the context of universities, focusing on the development of agroecology and its social implications. The research analyzes how ancestral knowledge can contribute to building more sustainable and resilient production systems and reflects on the challenges faced by the institutionalization of such knowledge in universities, which often invisibilize or underestimate popular knowledge in favor of a technicist perspective. It also discusses the issue of hunger throughout various periods in history and the need for autonomous food production spaces. The article emphasizes that, in order to achieve inclusive and effective agroecology, an equitable dialogue between scientific knowledge and traditional practices is essential, considering cultural and environmental interactions.

Keywords: ecological resilience, social justice, sustainability.

Introdução

A presente pesquisa parte da necessidade de compreender as interações entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico no campo da agroecologia, especialmente no contexto universitário. Historicamente, os saberes ancestrais,



transmitidos por gerações, desempenharam um papel importante na criação de sistemas produtivos que respeitam os ciclos naturais e são resilientes frente às adversidades. No entanto, a institucionalização desses saberes nas universidades muitas vezes resulta na invisibilização ou subestimação dos conhecimentos ancestrais, à medida que a academia favorece abordagens tecnicistas e fragmentadas.

A agroecologia, enraizada na sabedoria popular, é mais do que uma ciência técnica; é um reflexo das interações humanas com o meio ambiente ao longo da história. Apesar de muitas práticas serem agora vistas como inovações no campo acadêmico, os povos tradicionais as aplicam há séculos em suas rotinas agrícolas, demonstrando o valor duradouro dessas atividades, que muitas vezes são apropriadas pelo conhecimento científico sem o devido reconhecimento dos povos que secularmente as desenvolveram.

Ao abordar o processo de institucionalização dos saberes tradicionais pelas universidades, esta pesquisa busca analisar como o conhecimento técnico-científico pode coexistir e dialogar com os saberes populares, sem impor suas perspectivas ou desvalorizar as tradições culturais. Por meio de diversas publicações, este estudo examina as nuances históricas e contemporâneas envolvidas no tema, oferecendo uma visão abrangente e crítica sobre a questão, além de traçar um panorama sobre a fome e a influência que teve nos processos agroecológicos atuais.

Metodologia

A metodologia deste estudo foi construída mediante uma abordagem qualitativa, centrada na revisão integrativa da literatura e na análise documental. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados como Scielo, PubMed e Google Scholar, utilizando palavras-chave relacionadas a agroecologia, saberes tradicionais, fome, sustentabilidade e colonialidade do poder. Foram priorizadas fontes publicadas entre 2000 e 2024, além de obras clássicas como Altieri (1987), Freire (1998) e Gliessman (2000), e documentos históricos como os relatos de Frei Vicente do Salvador (1627). Também foram analisados documentos oficiais para contextualizar aspectos políticos e históricos. A análise foi conduzida de forma crítica e interdisciplinar, com estudo de casos de comunidades tradicionais, como os povos indígenas do Baixo Tapajós e as quebradeiras de coco babaçu. Utilizando conceitos como "colonialidade do poder" (Mignolo, 2007) e "pedagogia do oprimido" (Freire, 1998), foram identificadas tensões e convergências entre saberes tradicionais e acadêmicos, contextualizando os impactos da monocultura e da fome na invisibilização desses saberes e no desenvolvimento da agroecologia.



Resultados e discussões

a) Reflexões históricas e o problema da fome

Gliessman (2000), aponta que, em nível global, a agricultura teve grande sucesso ao responder à crescente demanda por alimentos durante a segunda metade do século XX. A produtividade de grãos básicos, como o trigo e o arroz, aumentaram substancialmente, os preços dos alimentos diminuíram, e a produção, em geral, superou a taxa de crescimento populacional, contribuindo para a redução da fome crônica¹, embora benéfico, ainda não satisfaz a Erradicação Total da Fome, promovida pela ONU, que em 2023 estimou que cerca de 780 milhões de pessoas no mundo sofrem de fome e quase 50 milhões de crianças estão em risco de morte por subnutrição severa (ONU, 2023).

Conforme observado nas pesquisas de Silva e Sá (2014), a fome no Brasil sempre foi contrastada com a grande oferta de alimentos pelo agronegócio. No Brasil do século XVI até o XIX, a alimentação, recém trazida pelos colonizadores, continha uma variedade de produtos, como frutas, legumes e verduras, porém, a população mais pobre, logo foi obrigada a abandonar o modelo de policultura pela monocultura da cana de açúcar.

Apesar do Frei afirmar que o Brasil era abastado de toda a sorte de alimentos, esta realidade era sazonal em muitas das regiões, o que de acordo com Magalhães (2004 apud Silva e Sá 2014), explicam que, em tempos de escassez, a fuga para os campos era frequentemente a única alternativa para evitar a morte por inanição. Nesses períodos, as pessoas recorriam à extração de recursos naturais como a raiz do caravatá, o fruto da comari, pequenos cocos chamados aquês, e a raiz do cipó macuna. Além disso, as folhas de mandioca cozida, conhecidas como maniçoba, também desempenhavam um papel importante como alimento nessas situações e, somado a esses fatores, havia o encarecimento dos produtos básicos nos centros populosos de Recife, São Luís e Rio de Janeiro, demonstrando grande precariedade e má qualidade na alimentação.

O contraste entre os relatos dos colonizadores e a realidade tupiniquim, na maioria das vezes motivado pelo intuito de chamar a atenção da Corte Portuguesa, demonstrava apenas um recorte da realidade que não representava o cenário verdadeiro das populações já estabelecidas e, as transformações tomavam conta das terras brasileiras, onde o monocultivo no período colonial eram repletas de crises estruturais e deficiências organizacionais do sistema agrário, como observado por Magalhães (2004) e Castro (2004 apud Silva e Sá 2014), incluindo a precariedade nos transportes e no armazenamento, somadas às imposições do Estado e às oscilações climáticas. As falhas apontadas contribuíam para a escassez, carestia e,

¹ Pessoas que não possuem alimentos suficientes para uma vida saudável e ativa (CNM, 2013).



consequentemente, a fome, que atingiam tanto os pobres quanto os senhores de engenho, dificultando a manutenção de suas escravarias devido ao aumento do custo da mandioca e de outros gêneros como o milho e o feijão.

Para Silva e Sá (2014) em 1700, o governo, na tentativa de evitar a fome, determinou a conversão de áreas de cana-de-açúcar e tabaco em áreas de produção de alimentos, o que demonstra que as características da monocultura do agronegócio não atuavam diretamente no combate à fome das populações, mas sim, na exclusiva comercialização dos produtos ali produzidos pela mão de obra escrava, tendo o governo naquele período que tomar medidas que impactaram a economia dessa elite dos engenhos, ao menos localmente.

Diferentemente do período imperial, mas com as mesmas características de domínios de elites e de desleixo estrutural, a estiagem castigou a província do Ceará nos anos de 1877 e 1879, uma seca ainda mais severa do que a normalidade da região, aliada à falta d'água e a crise do algodão que afetava o Brasil, com consequências tão extremas que de acordo com Brito (2013), “virtualmente, anularam o desenvolvimento dos cinquenta anos anteriores”, forçou aproximadamente um terço da população cearense à migração na tentativa de não morrerem de fome; não obstante, em 1915 e 1932, outras terríveis secas assolam a região, o que nas palavras de Rios (2014), os retirantes encontravam apenas “doença, fome e morte [e], vigiados pelas autoridades e apodrecendo a olhos vistos em currais para gente”.

A fome, independentemente da causa que a provoque, não está necessariamente relacionada à quantidade de alimentos disponíveis ou às formas eficientes de produção, mas sim ao direito de possuir esses alimentos; de se alimentar de algo que se perde em algumas despensas, mas que falta em outras, como afirma Toscano (2020). Dessa forma, o problema da fome vai além da produção de alimentos e envolve questões de distribuição, equidade e justiça social.

Com advento de novas tecnologias e estilos de vida, no período de 1937-1945, emerge a descoberta científica da fome e com isso, o surgimento da ciência da Nutrição, permitindo que o cotidiano precário da classe trabalhadora fossem denunciadas.

É relevante destacar que a “ração essencial mínima” não foi estabelecida por preocupação das elites com a qualidade de vida dos trabalhadores, por pena ou caridade, mas sim porque ficou cientificamente comprovado que um trabalhador bem alimentado teria um desempenho superior ao de um trabalhador mal alimentado, conceito esse, que provavelmente foi rechaçado pelos detentores do poder, como afirma Scarano (1991 p. 71-79), discutindo sobre uma época que ocorreu até poucos anos antes da instituição do Decreto-Lei nº 399:



Quanto ao alimento em si, em se tratando do escravo e de outras categorias desfavorecidas, este foi sempre insuficiente, como quantidade, qualidade, variedade e calorias, além da falta de vitaminas e sais minerais. Entretanto, essas deficiências, além de muito mais acentuadas entre os pobres, eram próprias do período, que tinha suas próprias crenças e avaliações a respeito das virtudes alimentares.

Posteriormente, essa ideia da relação da falta de alimentos e a produtividade, foi mais difundida e aplicada no dia a dia dos trabalhadores, como bem nota Shils et al. (2009 apud Martins et al., 2018), ao afirmar que a nutrição adequada é essencial para sustentar o funcionamento do corpo humano e a falta diária de energia suficiente pode comprometer a saúde e diminuir significativamente a capacidade produtiva.

Publicado na Folha de São Paulo em 09 de abril de 1986², o sociólogo Hélio Jaguaribe apresentou um estudo alarmante ao presidente José Sarney, revelando que cerca de 60% da população brasileira, o equivalente a 76,9 milhões de pessoas, vivia em condições de extrema miséria ou pobreza. Com base em dados do IBGE de 1984, a pesquisa demonstrou que um terço das famílias enfrentava miséria absoluta, enquanto um quarto estava em situação de extrema pobreza. O plano "Brasil 2000", entregue por Jaguaribe, propunha metas ambiciosas para reduzir esses números alarmantes, recomendando a aplicação de pelo menos 12,5% do PIB em políticas sociais para combater a fome e melhorar as condições de vida da população brasileira, onde completou que o governo "terá necessariamente de ser assistencialistas: terá de dar de comer a quem tem fome e beber a quem tem sede".

Dados inquietantes foram apresentados pelo jornal Gazeta do Povo em 2019³, revelando que, em 1984, 12.134 pessoas morreram por desnutrição no Brasil. Embora esse número tenha diminuído para 5.653 em 2017, a fome continua a ser uma grave questão social, mostrando que os avanços não foram suficientes para erradicar o problema.

O Brasil, de certa forma, ainda segue os padrões do período colonial na sua estrutura monocultivista, com o agronegócio produzindo alimentos para commodities, ou seja, para exportação, mas que nunca chegam à mesa do brasileiro, ao menos com preços competitivos, conforme observado por Ricardo Gilson (in: Soares, 2021), "Como uma economia capitalista agrícola globalizada que produz commodities, o agronegócio vende para qualquer mercado que puder comprar". Ainda, no mesmo discurso, afirma: "hoje, a população não consegue comprar arroz porque o compromisso econômico do agronegócio é com o mercado internacional".

² folha de S. Paulo, 1986.

³ Gazeta do Povo, 2019.



Durante o período pandêmico da Covid-19, que assolou o planeta, inclusive o Brasil, Silva (2022) aponta que, embora ao longo da crise sanitária tenha havido uma adaptação na transferência de renda com a criação do “Auxílio Emergencial”, o impasse entre a produção de commodities e a segurança alimentar continuou. Programas governamentais não deram a devida atenção às estratégias de abastecimento alimentar, que incluíam hortas comunitárias, feiras do produtor e programas de aquisição de alimentos, resultando em uma ausência de ações efetivas para garantir preços acessíveis e assegurar o acesso a alimentos nas periferias.

O Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial de 2024 revelou uma redução significativa de 85% na insegurança alimentar severa no Brasil, representando 14,7 milhões de pessoas que saíram dessa condição entre 2022 e o ano passado. Em 2022, o número de brasileiros afetados pela fome era de 17,2 milhões, caindo para 2,5 milhões em 2023. Embora o Brasil tenha apresentado avanços expressivos, influenciando positivamente a redução da fome na América Latina, os dados globais permanecem alarmantes, com uma projeção de 582 milhões de pessoas cronicamente desnutridas até 2030, caso as tendências atuais persistam (Araújo, 2024).

b) O desenvolvimento da agroecologia e a necessidade de espaços autônomos para a produção de alimentos.

Altieri (1987), afirma que a agroecologia é uma ciência em construção, que apresenta princípios e metodologias para se estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar os agroecossistemas. Ele entende que a construção do processo agroecológico “surge como consequência de uma busca de suporte teórico das as diferentes correntes de agricultura alternativa”, e propõe um contraponto aos críticos da ideia, que temiam “uma tentativa retrógrada de volta ao passado na agricultura”.

Não seria surpreendente que houvesse essa preocupação com um “passado retrógrado”, afinal, há poucas décadas, o mundo produzia pouco para os interesses industriais e, impulsionado pelo final da Segunda Guerra Mundial, as nações passaram a adotar o modelo agrícola da Revolução Verde, que trouxe inovações tecnológicas para o campo, como o uso de sementes híbridas, agrotóxicos, adubos químicos e a intensificação da mecanização. Esse movimento, conforme destaca Octaviano (2010), visava aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome mundial, porém, além de não alcançar tal objetivo, a Revolução Verde também gerou impactos negativos, como a concentração fundiária, a dependência de insumos químicos e a degradação ambiental, contribuindo para o êxodo rural e o processo de favelização das cidades.

A produção de alimentos para o combate à fome - a própria fome, sempre foi uma preocupação de todos os povos, e não é desproposital que ao longo da história os



povos nômades mudavam de local constantemente e a preocupação com a falta de alimentos era um dos principais motivadores desses deslocamentos. Grisa (2007), afirma que a produção voltada ao autoconsumo, prática comum entre agricultores familiares, não é apenas uma forma de garantir a segurança alimentar, mas também uma maneira de preservar a identidade cultural e fortalecer laços sociais entre as famílias e suas comunidades. Essa produção, chamada de "produção pro gasto", como a autora transcreve das falas populares, permite que os agricultores tenham autonomia sobre o que consomem, utilizando métodos mais naturais e evitando a dependência do mercado para itens essenciais.

Essa característica de produção para o autoconsumo, nada mais é do que solidificação da agricultura como conhecemos hoje, iniciada há milênios, estabelecendo os povos em um local fixo, encerrando, ao menos por necessidades alimentares, o processo de nomadismo e dando origem aos diversos sistemas de cultivo espalhados pelo mundo. Segundo Castanho e Teixeira (2017), a transição para a agricultura permitiu não apenas a sedentarização dos povos, mas também impulsionou a criação de sistemas sociais mais complexos, como aldeias e vilas, consolidando a agricultura como atividade central para a organização das primeiras sociedades.

No período Neolítico, de acordo com Mazoyer e Roudart (2010 apud Castanho e Teixeira, 2017, p. 137), as primeiras formas de agricultura eram focadas no autoconsumo, sendo realizadas em áreas próximas às moradias e rios, aproveitando a fertilidade natural dos solos. Essas práticas rudimentares evoluíram ao longo do tempo, e, na Idade Média, práticas como a rotação de culturas e o uso de adubos começaram a ser adotadas, fortalecendo a produção agrícola de subsistência e promovendo excedentes que poderiam ser utilizados para o comércio local (Boaretto, 2009 apud Castanho e Teixeira, 2017, p. 139). Durante a Idade Moderna, a agricultura começou a ter um caráter mais comercial, impulsionada pela necessidade crescente de abastecimento das cidades em expansão, levando ao desenvolvimento de técnicas mais especializadas e ao início da industrialização da produção agrícola (Oliveira, 2007 apud Castanho e Teixeira, 2017, p. 141) e, na Idade Contemporânea, a agricultura transformou-se radicalmente, incorporando insumos químicos e o uso de maquinário pesado, o que aumentou significativamente a produtividade, porém, trouxe novos desafios, como a dependência de insumos e a degradação ambiental (Santos, 1998 apud Castanho e Teixeira, 2017, p. 142).

Nesse contraponto de desenvolvimento agrícola, as comunidades tradicionais sempre lutaram para que os seus preceitos agrícolas se mantivessem em pé, frente às ofertas de compra das áreas por eles utilizados, ou simplesmente pela devastação que o agronegócio sempre causou, desabrigoando comunidades inteiras, como os povos indígenas, quilombolas e outras inúmeras comunidades tradicionais, para o uso intensivo do solo com fins exclusivamente comerciais, como foram os casos das



comunidades de Bom Acerto, em Balsas, Maranhão, que tiveram de deixar suas terras devido à expansão da monocultura da soja. Segundo relato de Antônio Gomes de Moraes, coordenador das Pastorais Externas da Diocese de Balsas, essas comunidades foram expulsas de forma violenta por exclusiva pressão do agronegócio. Com o avanço das plantações de soja e riachos contaminados por agrotóxicos, as famílias foram forçadas a abandonar suas terras e buscar um novo lugar para viver, enfrentando um processo judicial para garantir o reassentamento (Bezerra, 2024).

A expansão da monocultura de soja na região do Baixo Tapajós, por exemplo, é mencionada como um processo que afeta diretamente as formas tradicionais de vida dos povos indígenas e outras comunidades locais, transformando suas paisagens e limitando o acesso à terra e aos recursos naturais necessários para suas práticas culturais e sociais. Durante sua tese, Zuker (2022) reflete sobre as preocupações dos líderes indígenas em relação ao avanço das monoculturas e seus impactos sobre o território. Em um trecho significativo, o Cacique Braz expressa sua inquietação ao dizer: "Êeeee Fábio, imagina tudo isso aqui virando soja?". Essa frase ilustra claramente a ameaça percebida pelas comunidades locais diante da expansão da agricultura moderna, que compromete não apenas o equilíbrio ambiental, mas também a subsistência e a identidade cultural dessas populações.

O Brasil é rico em saberes e tradições e atualmente possui mais de 230 povos indígenas que falam cerca de 180 línguas, além de mais de 3 mil comunidades quilombolas identificadas e distribuídas em 24 estados. Somam-se a esses mais de 20 povos e comunidades tradicionais, como pescadores artesanais, quebradeiras de coco, fundo de pasto, faxinais e geraizeiros, que se encontram em todo o território nacional e são reconhecidos pelo Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007. Segundo dados do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe), aproximadamente 394 mil famílias e 2,7 milhões de pessoas vivem nessas comunidades (Eidt e Udry, 2019 p. 351).

O desenvolvimento da agroecologia vai muito além dos aspectos discutidos até aqui, pois envolve diversos fatores que influenciam não apenas a construção do conceito de "agroecologia" — que será abordado posteriormente —, mas também os desafios e precedentes para a consolidação de práticas agroecológicas de forma pacífica. Em entrevista à Revista "Acervo Ambiental", uma das lideranças das quebradeiras de coco babaçu, Sra. Francisca da Silva Nascimento (in: Articulação Nacional de Agroecologia, 2014) afirma que "para se desenvolver a agroecologia tem que existir a terra, a legalização dos territórios e reservas [...] e a reforma agrária que estamos tentando resgatar". Esse movimento exemplifica um dos inúmeros fatores na construção do processo agroecológico, como o acesso à terra, que está intimamente ligado ao desenvolvimento da agroecologia, especialmente no que se refere às mulheres que, historicamente, têm lutado por direitos básicos de uso e preservação do babaçu como parte de suas atividades econômicas e culturais.



c) Agroecologia e a colonização das tradições: A universidade como promotora da institucionalização dos saberes

A ideia de agroecologia é um processo de respeito aos milênios de saberes dos povos tradicionais e talvez, caiba à universidade aplicar os conhecimentos modernos com o objetivo de contribuir com aspectos de refinamento técnico, mas é importante que haja o reconhecimento que os saberes tradicionais são os pilares do que hoje chamamos de agroecologia e, com cuidados para que esses saberes das universidades não sejam simplesmente compelidos, como um colonialismo nas tradições, ponto e conceito esse que Freire (1998, p. 179) discute como a "imposição cultural", onde o saber dominante é apresentado como superior e opressor sobre os saberes locais, alienando as comunidades e desvalorizando seus conhecimentos próprios. Freire destaca a importância de uma educação libertadora que, nas entrelinhas de sua obra, entende-se que deve haver a valorização e o respeito aos saberes desses oprimidos, ao invés de sufocar suas tradições com uma visão de mundo colonialista.

A perspectiva de integração dos conhecimentos tradicionais e científicos também é discutida por Aikenhead (2009), ao abordar as dificuldades que surgem quando o saber científico é imposto em detrimento dos saberes tradicionais. Na realidade local em que o trabalho de Aikenhead foi escrito, ele argumenta que, quando o conhecimento científico entra em conflito com as visões de mundo indígenas, o entendimento acadêmico tende a alienar os alunos de suas próprias tradições culturais, resultando na marginalização desses saberes locais. Ainda, afirma que a ciência [das universidades] não deve ser aplicada sem considerar o contexto cultural daqueles povos, mas sim, tentar coexistir com os conhecimentos tradicionais e, acima de tudo, respeitar as diferentes formas de compreensão de mundo.

Para Gonçalves (2010), a intervenção em culturas distintas deve ser evitada, pois deve haver o entendimento dos modos de vida em suas particularidades, buscando respeitar as crenças, práticas e valores intrínsecos a cada sociedade. A intervenção externa pode desestabilizar as relações e estruturas sociais, uma vez que impõe normas alheias às tradições locais, comprometendo a autenticidade cultural e o equilíbrio social sustentado por essas práticas.

Para Reesink e Reesink (2023), segundo o conceito proposto por Thales de Azevedo, há um fenômeno que envolve a imposição cultural, chamado de aculturação, que muitas vezes ocorreu (e ocorre) de forma assimétrica e coercitiva, sobre as populações indígenas, especialmente durante a fase colonial no Brasil. Essa relação assimétrica resultava em uma dominação que desestruturava as instituições indígenas, provocando efeitos duradouros e, muitas vezes, desastrosos para suas culturas e modos de vida. O exemplo dos jesuítas utilizando o regime de redução ilustra como essa aculturação era conduzida para forçar a assimilação dos povos



indígenas em moldes culturais europeus, gerando uma perda significativa da autonomia cultural (Azevedo, 1959 apud Reesink e Reesink, 2023).

Além da imposição cultural sobre as populações indígenas mencionada anteriormente (idem), o processo de aculturação também é evidente nas comunidades remanescentes de quilombos no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), na Bahia, conforme o estudo de Martins et al. (2023), que observa que as comunidades quilombolas enfrentaram, ao longo do tempo, uma aculturação forçada, na qual muitas delas foram compelidas a incorporar elementos da cultura branca colonizadora em detrimento de suas próprias tradições e memórias. Entretanto, os autores afirmam que um grupo significativo dessas comunidades resistiu a essa imposição, ressignificando suas práticas culturais e preservando sua ancestralidade.

O processo de luta contra a imposição cultural reflete um desafio contínuo para valorizar as memórias e a identidade de diversos povos, mesmo em face das adversidades geradas pela dominação colonial e a tentativa de apagamento cultural. De acordo com Oliveira (2023), esse processo, que começou desde a colonização portuguesa e se perpetuou por meio de práticas como a catequização e a integração forçada dos povos indígenas, muitas vezes invisibilizado, resultou na perda significativa da identidade cultural e histórica dessas comunidades, afetando sua ligação com a terra e seus direitos ancestrais, reforçando a importância dos movimentos sociais como forma de resistência e resiliência cultural.

Andrade e Pinho (2022), destacam que são os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que protegem os biomas e compartilham conhecimentos sobre manejo sustentável da terra, guarda de sementes crioulas, práticas medicinais e adaptação ao meio ambiente. Esses saberes, muitas vezes transmitidos por geração após geração, são pilares fundamentais para a agroecologia, que precisa reconhecer e valorizar essas tradições ao invés de sobrepor-se a elas, pela ótica desses povos, com tecnologias, conceitos eruditos e empáfia.

Os desafios vividos por comunidades tradicionais em todo o Brasil, se agravam diariamente, pois as lutas desses povos muitas vezes passam silenciadas perante a sociedade e governantes. Não é à toa que os colonizadores europeus consideraram os povos originários como “selvagens”, “primitivos”, “incultos”, sendo julgados e subjugados, como aponta Silva (2007, p.128): “o projeto colonial teve, desde início, uma importante dimensão educacional e pedagógica”, pois, a imposição de conhecimentos que desestruturaria os saberes nativos, reduziria os riscos do processo de conquista para os “conquistadores”, afinal, a destruição das culturas originárias e a ocupação territorial podem ser vistas como um meio de facilitar a dominação e reestruturar as sociedades locais de acordo com interesses econômicos e externos (Zuker, 2022).



Ao longo dos anos, de acordo com Calderoni (2012), “os saberes são construídos a partir de uma diferença que os institui coloniais”, o que é ratificado por Mignolo (2007) apud Calderoni (2012), em que “a colonialidade do poder acaba legitimando ou subalternizando determinados saberes”, o que permite a compreensão de como os conhecimentos são moldados por um processo de dominação que, historicamente, valoriza a cognoscência ocidental europeia em detrimento dos saberes tradicionais.

Para Paulino e Gomes (2020), há um processo de institucionalização da agroecologia no Brasil, revelando que as universidades e os grupos acadêmicos se movimentam para incorporar saberes tradicionais dentro de uma estrutura científica. Essa institucionalização, se deu em meio a tensões entre os conhecimentos tradicionais e a ciência formal, aponta os autores, pois, a academia muitas vezes apresenta uma visão tecnicista e fragmentada da produção agrícola, o que vai contra os princípios agroecológicos, que de certa forma, emerge como conciliador dessas tensões, propondo um ponto de enfoque mais holístico e integrador, tornando, à medida do possível, uma relação de combinação dos saberes locais e dos avanços científicos.

A universidade não é um demônio dos povos tradicionais, mas quando ela se apresenta como proprietária dos saberes e da verdade, esses povos, podem despertar os mais diversos sentimentos, desde a desconstrução do pertencimento até o entendimento de marginalização dos seus saberes. Para Pimentel e Menezes (2022), a relação entre a Teia dos Povos e a Universidade Federal do Sul da Bahia representa um encontro de saberes tradicionais e acadêmicos que visa promover uma educação descolonizadora que ao promover a valorização dos saberes locais, busca-se fortalecer uma educação emancipadora que respeite as realidades culturais dos povos tradicionais, um processo de “descolonização epistêmica”, como os autores mencionam.

Segundo Machado (2018), a ressignificação do conhecimento empírico foi um marco crucial para o desenvolvimento do pensamento moderno, impactando diretamente a estrutura das universidades e dos saberes acadêmicos. Durante a Idade Média, o conhecimento empírico estava fortemente atrelado às tradições religiosas e filosóficas, com pouca abertura para investigações independentes. No entanto, com o surgimento da Modernidade e a consolidação de métodos científicos, as universidades passaram a desempenhar um papel central na disseminação de saberes empíricos baseados na observação e experimentação. Esse movimento permitiu que o conhecimento acadêmico se distanciasse das premissas teológicas, abrindo caminho para uma ciência mais laica e racional, consolidando o empirismo como uma base sólida para a produção científica moderna.

Esse aspecto importante mencionado por Machado (2018) reforça o compromisso das universidades com o saber científico, destacando que, apesar dos desafios, é fundamental promover a integração entre os diferentes conhecimentos. Não deve



haver uma imposição unilateral por parte das universidades, como pode ser percebido por alguns povos, mas sim uma abertura para aprender tanto quanto ensinar. O foco deve estar em melhorar as técnicas existentes, aplicando os saberes tradicionais de maneira prática e colaborativa, especialmente no contexto do processo agroecológico, valorizando e respeitando as práticas de todos os povos interessados.

Conclusões

A integração entre saberes tradicionais e conhecimento científico é essencial para uma agroecologia sustentável e inclusiva. As universidades devem evitar a imposição unilateral de suas perspectivas e dialogar com práticas ancestrais. É fundamental aprender com os povos tradicionais e aplicar técnicas modernas de forma colaborativa. Essa aproximação pode superar desafios agrícolas contemporâneos. A integração contribui para a promoção da justiça social e a preservação da diversidade cultural. A valorização dos saberes tradicionais fortalece a agricultura baseada no respeito à natureza.

Referências

AIKENHEAD, G., & MICHELL, H. **Bridging Cultures: indigenous and scientific ways of knowing nature**. Toronto: Pearson, 2011.

ALTIERI, M. A. **Agricultura alternativa nos EUA: avanços e perspectivas**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM AGRICULTURA ALTERNATIVA, Londrina, 1984. Anais... Londrina: IAPAR, 1987. p.117-151.

ANDRADE, Jaqueline; PINHO, Claudia Sala de. **A luta segue: povos e comunidades tradicionais devem ser contemplados por uma política nacional**. *Terra de Direitos*, 2022.

ARAÚJO, Janaína. **Relatório da ONU aponta queda de 85% na insegurança alimentar no Brasil**. Rádio Senado, 24 jul. 2024.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **“Para desenvolver a agroecologia tem que existir a terra”, diz liderança das quebradeiras de coco**. Disponível em: <<https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/08/07/para-desenvolver-aagroecologia-tem-que-existir-a-terra-diz-lideranca-das-quebradeiras-de-coco/>>. Acesso em: 12 out. 2024.



BEZERRA, Cássio. **Agronegócio avança sobre o Cerrado e pressiona comunidades tradicionais com veneno.** Le Monde Diplomatique Brasil, 22 ago. 2024.

BISPO, Antonio. **Aquilombar o Antropoceno, Contra-colonizar a Ecologia.** 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RCuzE6b83k&t=2s>. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas – PLANAFE: 2017-2019.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, 2017.

BRITO, L. A Fome: **retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX.** Revista Estação Literária Londrina, v. 10B, p. 111-125, 2013.

CALDERONI, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira; NASCIMENTO, Adir Casaro. Saberes tradicionais indígenas, saberes ocidentais, suas intersecções na educação escolar indígena. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 303-318, jan./dez. 2012.

CASTANHO, Roberto B.; TEIXEIRA, Matheus E. S. **A evolução da agricultura no mundo: da gênese até os dias atuais.** Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba, v. 8, n. 1, p. 136-146, jan./jun. 2017.

CASTRO J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** 10.ed. Rio de Janeiro: Antares; 1980.

EIDT, Jane Simoni; UDRY, Consolacion (editoras técnicas). **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Brasil.** Brasília, DF: Embrapa, 2019. 351 p. (Coleção Povos e Comunidades Tradicionais, v. 3). ISBN 978-85-7035-893-6.

FOLHA DE S. PAULO. **77 milhões passam fome: Sarney recebe do sociólogo Hélio Jaguaribe um plano para combater a miséria no país.** Folha de S.Paulo, São Paulo, 09 abr. 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GAZETA DO POVO. **Mortes por fome no Brasil.** Publicado em: 22 jul. 2019.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável.** 1. ed. Santa Cruz: Editora da Universidade UFRGS, 2000.



GONÇALVES, Alicia Ferreira. **Antropologia e Cultura: Conceitos e Debates.** *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 25, n. 1, p. 061-074, jan./jun. 2010.

GRISA, Catia. **Da roça à mesa: a produção de alimentos "pro gasto" na agricultura familiar.** *Slow Food Brasil*, 22 nov. 2007.

MACHADO, Thiago Felipe Von Fruhauf. **A (Re)significação do conhecimento empírico na constituição da modernidade.** 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

MARTINS, Isabella Marçal; QUEIROZ, Hoberdânia Araújo; ARAÚJO, Antônio de Lisboa Lopes de; FRANCO, Eldelita. **O impacto da cesta básica na renda e o reflexo na qualidade de vida do trabalhador no município de Teresina-PI.** XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: A Engenharia de Produção e suas contribuições para o desenvolvimento do Brasil, Maceió, Alagoas, 16-19 out. 2018.

OCTAVIANO, C. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde.** *ComCiência*, n.120, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Mario Guilherme De. **O apagamento cultural dos povos originários à luz dos movimentos sociais.** Recife: UNICAP, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU: é incompreensível que uma pessoa morra de fome a cada poucos segundos.** ONU, 2023.

PIMENTEL, Spensy Kmitta; MENEZES, Paulo Dimas Rocha de. A Teia dos Povos e a universidade: agroecologia, saberes tradicionais insurgentes e descolonização epistêmica. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 25, 2022.

RIOS, K. S. **Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932.** Fortaleza, Edições UFC, 2014.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil: **Livro Primeiro – Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil.** Escrita na Bahia a 20 de dezembro de 1627.

SALVADOR, Vicente do. **Frei Vicente do Salvador, OFM (Vicente Rodrigues Palha).** In: Base de Dados BRASILHIS: Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640).

SCARANO, Julita. **Algumas considerações sobre o alimento do homem de cor no século XVIII.** *R. História*, São Paulo, n. 123-124, p. 71-79, ago./jul., 1990/1991.



SILVA, João Luiz da; SÁ, Alcindo José de. **A FOME NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL ATÉ 1940**. Revista de Geografia, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 43–53, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Rosana de Oliveira Pitahn. **Produção de Commodities e Segurança Alimentar no Brasil**. Análises e Indicadores do Agonegório, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-6, jul. 2022.

SOARES, João Pedro. **A contradição entre recordes no agronegócio e fome no Brasil: desmonte de políticas para agricultura familiar contribui para insegurança alimentar, apontam especialistas**. Brasil de Fato, 12 ago. 2021.

ZUKER, Fábio Ozias. **Fazer mundos, destruir mundos e refazê-los: Ensaio de antropologia política no Baixo Tapajós**. 2022. 345 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.